

**A formação de grupos armados da Nova Esquerda nos anos de 1960 e 1970:
a especificidade do caso argentino**

Amanda Monteiro Diniz Carneiro¹

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar a formação de grupos armados da Nova Esquerda na Argentina nos fins da década de 1960 e início de 1970. Levando em consideração as diversas influências externas a esse cenário, apresentamos discussões que extrapolam o contexto argentino, mas que estão diretamente ligadas à formação de tais grupos. Em síntese, este estudo apresenta o surgimento de novas organizações de esquerda dispostas a pegar em armas para alcançar seus objetivos, ligados, na maioria das vezes, a transformações sociais. Nesse contexto, são vivenciadas muitas tensões e conflitos pela América Latina.

Palavras-chave: Nova Esquerda; Grupos armados; Argentina.

**The 1960s and the formation of armed groups of the New Left:
the specificity of the Argentine case**

Abstract: The present article intends to analyze the formation of armed groups of the New Left in Argentina in the late 1960s and early 1970s. Taking into account the diverse external influences of this scenario, we present discussions that go beyond the Argentine context, but are directly linked formation of such groups. In summary, this study presents the emergence of new leftist organizations willing to take up arms to achieve their goals, most often linked to social transformations. In this context, many tensions and conflicts are experienced by Latin America and the world.

Keywords: New Left; Armed groups; Argentina.

Artigo recebido em: 30/05/2018

Artigo aprovado em: 09/12/2018

Introdução

A partir dos anos de 1960, boa parte da América Latina vivenciou uma radicalização das ações das esquerdas. Nesse contexto surgiram inúmeras organizações

¹ Mestre em Ciências Humanas e doutoranda pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Brasil, com a pesquisa “A atuação feminina nos grupos armados argentinos: Partido Revolucionario de los Trabajadores – Ejército Revolucionario del Pueblo e Montoneros (1960-1980)”, com financiamento da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: amandamondiniz@yahoo.com.br

e grupos críticos às práticas tradicionais dos partidos comunistas e socialistas da América Latina. Esses grupos eram formados em sua maioria por jovens com objetivos voltados à valorização da ação direta sem intermediários, nesse sentido, o confronto e a violência eram enaltecidos em detrimento do jogo político parlamentar burocrático e hierárquico, comuns nos partidos mais tradicionais. (ARAÚJO, 2008).

Para entender o surgimento dessas organizações é necessário compreender um contexto ainda maior. Como Destaca Araújo (2008), essas organizações não eram exclusividade da América Latina, estavam presentes em todo o mundo, na Espanha, na Itália, na Alemanha e até mesmo nos Estados Unidos. O caso do Vietnã², nos anos de 1960, também teve grande repercussão mundial e contribuiu com as propostas das referidas organizações, na medida em que projetava um contexto de “violência justa” do oprimido contra o opressor, ou seja, uma violência necessária à libertação da “violência do capital” e obtenção da “justiça social”. Entretanto, é importante ressaltar que a eclosão desses grupos pelo mundo, apesar de apresentar semelhanças, principalmente no aspecto da valorização da violência e do confronto direto contra o imperialismo como forma de ação política, tinha especificidades ligadas ao local.

Nesse sentido, apresentaremos a especificidade da formação de grupos armados na Argentina sem perdermos de vista aspectos externos que influenciaram seus arranjos políticos e sociais. No primeiro momento discutimos aspectos gerais, principalmente ligados ao contexto da América Latina, já no segundo, apresentamos o contexto e as especificidades da Argentina e, finalmente, abordamos o desenvolvimento de grupos armados na Argentina

A revolução Cubana e a Eclosão da Nova Esquerda na América Latina

De acordo com Ayerbe (2004), a radicalização das ações da esquerda e a eclosão de grupos armados pelo mundo estão diretamente ligadas ao contexto oriundo da Segunda Guerra Mundial. A partir dos anos de 1950, com a superação da crise pós Segunda Guerra Mundial, principalmente por parte dos países da Europa, ocorreram

² Para os novos grupos de esquerda dos anos de 1960 e 1970, a guerra do Vietnã (1959-1975) foi considerada um exemplo de sucesso da luta armada contra o imperialismo. A imagem do presidente do Vietnã do Norte, Ho Chi Minh, representava a tese de “violência justa”, de “libertação” da espoliação do imperialismo, responsável pelas enormes desigualdades sociais. (ARAÚJO, 2008).

muitas modificações na economia internacional, especialmente nos aspectos de competição internacional por mercados. Essas modificações trouxeram problemas de cunho econômico, político e social, sobretudo para países em desenvolvimento naquele momento, que é o caso, por exemplo, de alguns países³ da América Latina. Estes tinham iniciado um processo de industrialização interna, que foi bruscamente interrompido pelas pressões externas em favor da abertura das economias à penetração do capital estrangeiro. Nesse sentido, a busca imediata por transformações sistemáticas nas estruturas políticas e sociais fomentou a formação de inúmeros grupos armados nos países da América Latina.

Sobre o assunto afirma Araújo,

Esquerdas, juventude e radicalidade política estiveram fortemente vinculadas e, mais do que isso, deram uma marca inequívoca às décadas de 1960 e 1970 na América Latina. Em boa parte da região, essa conjugação se expressou na proposta política de luta armada. Muitos foram os países latino-americanos que, nas décadas de 1960, 1970 e até 1980, experimentaram a luta armada com o objetivo de uma revolução socialista: Venezuela, Guatemala, Peru, Colômbia, Nicarágua, Uruguai, Brasil, Argentina (ARAÚJO, 2008, p. 248).

Ademais, é importante salientar que as ideias da nova esquerda⁴ presentes na América Latina tiveram impactos das Revoluções Chinesa⁵ e Cubana, tendo em vista

³ Podemos citar como exemplo os casos do Brasil, Argentina e Chile.

⁴ De acordo com Araújo (2008), a nova esquerda era constituída em sua maioria por jovens que se organizaram em grupos críticos aos partidos socialistas e comunistas. A construção da nova esquerda se baseava em novas práticas e novos valores em que o fundamental eram a ação direta sem intermediários, o pragmatismo e o confronto.

⁵ A Revolução Chinesa também trouxe contribuições no que tange à formação dos novos grupos de esquerda dos anos de 1960 e 1970. A China, durante muitos anos viveu sob domínio de países imperialistas ocidentais e do Japão. Lucros exorbitantes foram extraídos dos chineses, principalmente a partir de monopólios de comércio e de importação de drogas, como foi o caso do ópio. Depois de anos de exploração por potências imperialistas, Mao Tse Tung, com o apoio dos camponeses chineses mudaria a história do país. Em 1927, liderou um levante armado e foi violentamente reprimido e perseguido pelas tropas lideradas por Chiang Kai-shek (líder do partido conservador chinês, Komintang). Contudo, com a invasão do Japão em 1937, a República Chinesa ruiu. Mao, com o apoio dos camponeses, organizou o exército vermelho e derrotou as tropas de Chiang Kai-shek e os invasores japoneses. Em 1º de outubro de 1949, Mao proclamou a República Popular Socialista da China (RATTNER, 2009). Todo esse contexto de guerrilha popular, em que os camponeses foram os principais protagonistas revolucionários, teve repercussão no mundo ocidental e vinha ao encontro dos anseios dos militantes de grupos armados das décadas de 1960 e 1970. A Revolução Chinesa se apresentava como uma alternativa revolucionária para os países de industrialização precária e operariado reduzido. Nesse sentido, permitia a revolução mesmo para países mais pobres em que a economia era essencialmente rural (ARAÚJO, 2008).

que naquele momento representavam possibilidades para superar as injustiças sociais que recaíam, sobretudo, nas pessoas mais pobres. Nesse sentido, as referidas revoluções apontavam a novos caminhos para transformações sociais e inspiravam jovens militantes.

Na segunda metade do século XX, principalmente a partir dos anos 1960, ocorreu na América Latina, usando a expressão do historiador Jacob Gorender, uma “imersão geral na luta armada”, impulsionada em grande parte pelo sucesso da Revolução Cubana. A proliferação de organizações armadas, pelos diversos países da região, agia no sentido de confirmar o modelo cubano e reiterar como que uma vocação da América Latina para a guerrilha. (ARAÚJO, 2008, p. 259).

Dessa forma, a Revolução Cubana foi tomada como exemplo de sucesso para toda a América Latina. Para muitos, tornou-se uma espécie de esperança para mudança, tendo em vista o fato de um pequeno grupo de guerrilheiros vencer as amarras de um governo repressivo e antipopular.

A Revolução Cubana ocorreu em 1959, em reação à ditadura de Fulgêncio Batista(1901-1973). O governo de Batista representava todas as formas de exploração social, tendo sido alicerçado pelo imperialismo dos Estados Unidos, que estimulava a corrupção e a desigualdade social. Segundo Reis (2011), Cuba vivia sob forte dependência política e econômica dos Estados Unidos. Economicamente, foi montada uma estrutura rigorosamente voltada ao mercado estadunidense. São exemplos dessa dependência econômica as grandes empresas de proprietários americanos, muitas delas com o monopólio da produção açucareira, principal produto de exportação vendido ao mercado estadunidense praticamente com exclusividade e a preços vantajosos e preferenciais. A dominação estava presente ainda na propriedade dos cassinos, dos inúmeros hotéis, das grandes fábricas de automóveis, além da venda de terras e de imóveis a preços acessíveis. Toda essa conjuntura concentrava as formas de exploração e o acirramento das desigualdades sociais desenvolvidas pelos Estados Unidos e pelo ditador Fulgêncio Batista.

A partir desse contexto, pode-se pensar as bases que deram sustentação à oposição ditatorial, logo culminando na Revolução Cubana. Para Reis (2011), o grupo



revolucionário inicial, com liderança de Fidel Castro, Raul Castro e Che Guevara⁶, tinha como princípios básicos o fim do imperialismo, a liberdade e a autonomia da nação. O grupo era constituído por muitos jovens e demais pessoas diretamente afetadas pela situação precária em que se encontrava o país. Dessa forma, o grupo revolucionário era caracterizado por uma grande heterogeneidade (classe trabalhadora, jovens estudantes, homens do campo, entre outros). Reis retrata o grupo de oposição à ditadura de Fulgêncio Batista da seguinte maneira:

Dela participavam, sob a liderança do Movimento Revolucionário 26 de Julho (MR-26) e da pessoa de Fidel Castro, afirmadas sobretudo a partir de 1957, os estudantes da Universidade de La Habana - agrupados majoritariamente em torno do Diretório Revolucionário dos Estudantes (DRE) e da Federação dos Estudantes Universitários (FEU), os liberais de Prio Socarrás, os remanescentes filiados ao Partido Ortodoxo, democratas de todos os bordos, os comunistas do Partido Socialista Popular/PSP e até mesmo quadros civis e oficiais das Forças Armadas vinculados ao regime, mas insatisfeitos com os desmandos da ditadura. (REIS, 2011, p. 365).

Os princípios básicos do grupo revolucionário moviam-no a lutar e chegar às últimas consequências para salvar a nação cubana do imperialismo dos Estados Unidos. No entanto, o grupo revolucionário não pensava apenas na independência econômica de Cuba, mas no restabelecimento da dignidade, da liberdade e no fim das injustiças sociais em que vivia o povo cubano. De acordo com Reis, “não se tratava apenas de conseguir a emancipação econômica, mas de recuperar a dignidade, a cubanidad, o orgulho de pertencer a uma sociedade livre para escolher seus destinos” (REIS, 2011, p. 366).

⁶ Para os militantes da Nova Esquerda, Ernesto Che Guevara se tornou um símbolo revolucionário. Sua noção particular de heroísmo, combate, ação e urgência revolucionária, na qual se justificava matar e morrer pela revolução, foi marcante. Nesse sentido, para eles, a violência revolucionária de Che humanizava, era pura, não corruptível, não seduzível pelo poder. Era a violência dos despossuídos, dos fracos e humildes que encontrava em Guevara sua própria expressão. Dessa forma, foi o grande exemplo e referência para milhares de jovens que, no mundo todo, ingressaram em organizações armadas (ARAÚJO, 2008). A partir do seu texto, intitulado “Guerra de guerrilhas, um método”, escrito em 1963, Guevara esclarece a importância da guerrilha e da participação das massas na luta armada. Segue fragmento do referido texto. “[...] Pelo caminho da polêmica, costuma-se criticar aqueles que querem adotar a guerra de guerrilhas, alegando que se esquecem da luta de massas. Pretender realizar este tipo de guerra sem o apoio da população é o prelúdio de um desastre inevitável. A guerrilha é a vanguarda combativa do povo, situada em um determinado lugar de um certo território, armada, disposta a realizar uma série de ações bélicas tendentes ao único fim estratégico possível: a tomada do poder. Está apoiada pelas massas camponesas e operárias da região e de todo o território em questão. Sem estas premissas não se pode admitir a guerra de guerrilhas” (GUEVARA, 1999, 275).

Levando em consideração esse contexto de ditadura e de grande influência exercida pelos Estados Unidos em Cuba, os revolucionários viram na luta armada e na guerra de guerrilhas os únicos caminhos possíveis para se fazer a revolução e alcançar o poder. Assim, os líderes revolucionários acreditavam que a revolução deveria contar com diferentes focos guerrilheiros, não apenas com a construção de um único exército centralizado. (REIS, 2011). Essas ideias, por sua vez, eram inspiradas nas próprias observações e práticas desses líderes em outros movimentos e também no contexto cubano, que deveria ser lido e adequado às próprias necessidades daquele momento⁷.

Para muitos teóricos⁸, a referida revolução foi considerada o acontecimento político mais importante da segunda metade do século XX, não só para a nação cubana, mas para toda a América Latina. O momento vivido em alguns países da América Latina (mais especificamente os que optaram pela via desenvolvimentista) não era muito diferente daquele de Cuba, uma vez que naquele período (década de 1950 até aproximadamente 1970) se estabelecia uma forte competição internacional por mercados. Alguns países da América Latina, por conseguinte, haviam construído mercados nacionalistas e, a partir de então, começam a sofrer pressões para a abertura de mercado, prejudicando a continuidade do desenvolvimento nacional e ficando assim cada vez mais dependentes do mercado internacional. (AYERBE, 2004). Essa situação vai ao encontro do contexto cubano, uma vez que seu mercado, como vimos anteriormente, está totalmente influenciado pelo sistema internacional.

⁷ Experiências vivenciadas por Che Guevara na Guatemala, com a derrubada de Jacob Arbenz, e ainda o fracasso do M-26/07 em Cuba, que os irmãos Castro lideraram, serviram de aprendizado para eles (Guevara, Fidel e Raul Castro). Essas experiências influenciaram diretamente na escolha da via armada de guerrilhas, principalmente a rural, e, mais tarde, na Revolução Cubana, a referida via de guerrilhas que os levariam ao poder. (REIS, 2011). A respeito da Guatemala, afirma Bandeira: “A derrubada de Jacob Arbenz marcou profundamente a formação revolucionária de Che. Como ele próprio reconheceu, ‘la experiencia de Guatemala (dejando de lado la médica) fue amplísima’ e lhe ensinara ‘*toda la falácia de que es capaz el yanqui y su maravillosa maquinaria de propaganda*’. Naturalmente, ele tirou as lições e tratou de não repetir os erros em Cuba. [...]” (BANDEIRA, 2009, p. 192). No que se refere ao M-26/07, Segundo Luis Fernando Ayerbe (2004), foi a primeira ação revolucionária planejada por Fidel Castro, que reuniu um grupo de jovens para assaltar os quartéis de Moncada e Bayamo (um dos principais arsenais de armas do exército cubano) com o objetivo de convocar uma greve geral e assim desencadear um processo insurrecional contra o regime. Entretanto, uma patrulha do Exército os surpreendeu e a ação não obteve sucesso. As principais lideranças do movimento foram encarceradas, entre eles, Fidel e Raul Castro.

⁸ Entre eles podemos destacar: Luis Fernando Ayerbe, Luiz Alberto Muniz Bandeira, Maria Paula Nascimento Araújo.

Dessa forma, a Revolução Cubana de 1959 se torna uma referência de luta para toda a América Latina, um exemplo de rompimento com o imperialismo e o estabelecimento da liberdade nacional. Para usar as palavras de Bandeira (2009), havia a expectativa de “exportação da revolução” para toda a América Latina. Segundo o autor, as articulações de exportação da revolução se deram no primeiro ano desse acontecimento, quando Fidel e o grupo que o cercava acreditavam que o caminho mais adequado para a América Latina seria aquele escolhido por Cuba, ou seja, a revolução. Entretanto, para o historiador Ricardo Antônio Mendes (2009), mais importante que a “vontade” ou “pretensão” de Castro e seu grupo de propagar a revolução foi a percepção, por parte de setores de esquerda do próprio continente, de que a revolução seria necessária. Ricardo Mendes afirma:

Entendo que mais importante do que a vontade do governo cubano de estimular a transformação e a revolução foi a percepção que se observa presente dentre diversos setores reformistas e socialistas do subcontinente – de que este seria um exemplo a ser seguido –, que deve ser considerada. E é nesse sentido, no plano das percepções e das recepções, que está sua importância. (MENDES, 2009, p. 23).

Nesse sentido, a ideia de Revolução estaria na ordem do dia, não apenas pelo acontecido em Cuba, mas pelo próprio contexto vivenciado na América Latina. Outra proposta importante no que tange à revolução diz respeito à luta armada, apropriada também por boa parte da América Latina. A explicação para isso não se concentra apenas na “exportação” dessa via por parte de Cuba, mas pelo próprio contexto da América Latina. A via democrática estava sendo muito criticada⁹ naquele momento, principalmente por setores da nova esquerda, isto combinado ao fato de que se desenvolvia uma perspectiva mundial voltada ao uso da violência. Como destaca Ayerbe,

Nas décadas de 1960 e 1970, a situação política latino-americana passa por uma grande deterioração em relação ao período anterior, aguçando a percepção da inviabilidade das reformas pacíficas. Com exceção da experiência cubana, todas as tentativas de transformação

⁹ As críticas ao regime democrático ocorreram em vários países da América Latina, e na maior parte dos embates, os Estados Unidos estavam presentes, sempre agindo contra o desenvolvimento das esquerdas e enraizando cada vez mais o imperialismo. Segundo Ayerbe (2004), o peronismo na Argentina, vítima desde o início do boicote dos Estados Unidos, na primeira metade dos anos 50, já evidenciava o esgotamento das reformas de cunho distributivista com uma oposição interna crescente que levaria ao desfecho do golpe militar de setembro de 1955.

que buscaram caminhos de desenvolvimento alternativos à ordem dominante são interrompidas por ações de força. (AYERBE, 2004, p. 109).

Desse modo, faz-se necessário entendermos que, embora a Revolução Cubana tenha significado um importante referencial de questionamento em relação à lógica capitalista, não foi a única herança da América Latina em relação à revolução. A via armada como meio de se chegar ao poder também deve ser levada em consideração como referencial, mesmo que tenha sido adequada às especificidades e necessidades de cada país. Uma das estratégias de exportação da via armada foi a criação da OLAS. Como aponta Ayerbe,

A criação da Organização Latino-Americana de Solidariedade (Olas), que realiza seu primeiro e único congresso em agosto de 1967, em Havana, definindo como objetivos a coordenação dos esforços revolucionários na região, dando apoio logístico, especialmente no que refere a treinamento militar e cobertura de inteligência. No contexto dessa política, o governo cubano fornece apoio a diversas organizações armadas sul-americanas, destacando-se o Movimento Peronista Montonero, da Argentina, o Movimento de Libertação Nacional Tupamaros, do Uruguai, a Vanguarda Popular Revolucionária, o Movimento Revolucionário Oito de Outubro e a Aliança Libertadora Nacional do Brasil. (AYERBE, 2004, p. 72).

Assim, devemos entender a Revolução Cubana como um movimento complexo que propiciou distintas influências para todo o continente americano, e não apenas nos atermos às implicações e inflexões de Cuba com o mercado capitalista dos Estados Unidos. Em outras palavras, não devemos nos limitar apenas a um último resultado norteado pela revolução.

As diversas influências trazidas pela Revolução e também o contexto da América Latina propriamente dito interferiram diretamente na formação e radicalização de novos grupos de esquerda, inspirados na luta armada. Sobre o assunto, afirma Ayerbe,

O exemplo da revolução cubana inspirará um processo de radicalização à esquerda, que será a resposta a um outro processo de radicalização empreendido por setores conservadores da região e pelo governo dos Estados Unidos. Instaura-se um período de guerra entre posições antagônicas, cujo desfecho, conforme analisamos, será a derrota pela violência de todas as tentativas de mudança progressista



implementadas durante as décadas de 1950, 1960 e 1970, com exceção de Cuba. (AYERBE, 2004, p. 112).

O autor ainda acrescenta que:

Animados pela Revolução Cubana, tomada como exemplo de sucesso em termos de estratégia política centrada na luta armada, amplos setores da esquerda latino-americana tomaram como caminho essa última opção. Entre outras coisas, Cuba demonstrava de forma inequívoca que um pequeno grupo de guerrilheiros de firmes convicções poderia derrotar as forças repressivas de um governo antipopular, que a conquista do poder estatal desencadearia um dinâmico processo de transição socialista, com a rápida "expropriação dos expropriadores", e que, mesmo com a oposição e o boicote sistemático do governo da nação mais poderosa da Terra, a revolução se consolidaria com base em seu fortalecimento interno e na solidariedade das forças progressistas do mundo e dos países socialistas. (AYERBE, 2004, p. 112).

Por conseguinte, surgem novos grupos de esquerda radicalizados em virtude do contexto compartilhado em toda a América Latina (imperialismo/surgimento de propostas de cunho nacionalista) e também devido ao grande impulso que a Revolução Cubana proporcionou. Outra hipótese ligada à radicalização e ao fortalecimento dessas novas esquerdas diz respeito às influências da União Soviética. É importante ressaltar que as ligações entre Cuba e União Soviética foram posteriores à Revolução Cubana. Desse modo, é incoerente dizermos que a União Soviética foi a grande responsável pela Revolução Cubana na conjuntura de expansão do socialismo no continente americano. (AYERBE, 2004). A Revolução Cubana foi possível por vários fatores ligados diretamente à situação interna do país. Alguns desses aspectos foram explicitados acima. Além disso, todas as circunstâncias da América, e principalmente a atuação dos Estados Unidos no continente, nos fazem pensar que as interferências da União Soviética não podem ser consideradas como único meio possível para que se deflagra-se tal revolução.

De acordo com Araújo (2008), outro tema que diz respeito à radicalização das esquerdas corresponde às dissidências contidas no interior da própria esquerda latino-americana e aos desgastes do jogo parlamentar. Para a autora,

[...] a valorização da violência como forma de ação política fazia parte de um processo mais amplo e complexo, no interior da esquerda, de questionamento das práticas políticas tradicionais dos partidos comunistas e socialistas e do próprio jogo político parlamentar. Na



Europa, nos EUA e na América Latina, formavam-se grupos e organizações de esquerda críticos e dissidentes dos partidos comunistas e socialistas, formados sobretudo por jovens, empenhados na construção de uma nova esquerda, com novos valores e novas práticas. Essas novas práticas e valores calcavam-se na valorização da ação direta sem intermediários, do pragmatismo, do confronto – elementos que pareciam contrapor-se às rígidas estruturas hierárquicas e burocráticas não só dos partidos políticos (inclusive dos comunistas e socialistas), mas também dos grandes sindicatos, todos eles domesticados e esvaziados pelo jogo parlamentar. (ARAÚJO, 2008, p. 255).

Com o advento da luta armada, as esquerdas começaram a litigar, na medida em que a “esquerda tradicional”¹⁰ (com ideias voltadas ao socialismo da União Soviética e outras correntes) não simpatizava e não concordava com a luta armada como meio de se chegar aos objetivos políticos. Sobre as dissidências no interior das esquerdas latino-americanas, pode-se notar que Ayerbe concorda com Araújo,

A opção pela violência revolucionária não era consensual na esquerda latinoamericana. Entre os críticos, destacam-se os partidos comunistas vinculados à União Soviética, que viam a experiência de Cuba como expressão de uma realidade nacional específica. Da mesma forma, no caso da luta do povo vietnamita, consideravam que a intervenção norte-americana não deixava alternativa fora da resistência armada. (AYERBE, 2004, p. 17).

Na Argentina, inclusive, alguns membros da esquerda tradicional, ligados às ideias da União Soviética, eram contra as políticas peronistas e os grupos de esquerda peronista que se fundamentavam na luta armada. Segundo Etulain,

¹⁰ Chamamos de esquerda tradicional principalmente os partidos comunistas e socialistas. Seus projetos e concepções estavam articulados com a via democrática. Acreditavam que alcançariam seus objetivos sem utilização de armas, a partir do jogo político parlamentar, ou seja, a partir da legalidade. A nova esquerda, ou esquerda revolucionária, discordava dessas concepções, uma vez que considerava a via democrática algo burocrático e imóvel. Nesse sentido, questionava as práticas políticas da esquerda tradicional, ressaltando sua ineficácia na resolução de problemas essenciais, como, por exemplo, as desigualdades e a injustiça social presentes naquele contexto. Por essa razão, a esquerda revolucionária se colocava em campo distinto em relação à esquerda tradicional. (ARAÚJO, 2008). Para exemplificar tal situação, apresentamos abaixo um trecho da carta escrita em 1966 por Carlos Marighella, destinada ao comitê executivo do PCB. Nela, Marighella deixa claro seu posicionamento a favor da luta revolucionária e faz críticas à imobilidade do Partido Comunista.

“Escrevo-lhes para pedir demissão da atual Executiva. O contraste de nossas posições políticas e ideológicas é demasiado grande e existe entre nós uma situação insustentável. (...) O centro da gravidade do trabalho executivo [do PCB] repousa em fazer reuniões, redigir notas políticas e elaborar informes. Não há assim ação planejada, a atividade não gira em torno da luta. (...) Desejo tornar público que minha disposição é lutar revolucionariamente, junto com as massas e jamais ficar à espera das regras do jogo político burocrático e convencional que impera na liderança” (MARIGHELLA, 1999, p. 297).

Os comunistas argentinos, em sua maioria, seguiram a cartilha de Moscou, aderiram ao princípio de luta de classe contra classe [...] O impacto do peronismo no quadro da esquerda argentina, se manifesta na insólita configuração político-partidária das eleições de 1946, em que Perón sagrou-se vencedor. Os comunistas se associaram com a oligarquia rural, inimiga de Perón [...] Para comunistas e socialistas, o peronismo não tinha nada de esquerda. Era apenas uma forma de populismo que tinha se dado bem, devido à falta de preparação política e ideológica das massas. (ETULAIN, 2001, p. 20).

Em consonância com Araújo (2008), podemos afirmar que não só a América Latina vivia uma radicalização das ações das esquerdas, mas boa parte das esquerdas no mundo ocidental compartilhava das ideias de que a violência era uma alternativa válida e necessária diante da deterioração das vias pacíficas e democráticas¹¹. Partindo desse princípio, não podemos limitar a “exportação” da luta armada apenas a Cuba, mesmo considerando o peso e o impacto das implicações de uma revolução que ocorreu dentro do continente americano e sua abrangência em todo o território.

As Especificidades do Contexto Argentino

Juan Domingo Perón foi presidente na Argentina durante os períodos de 1946-1955 e 1973-1974. Sua inserção na política começou a partir da década de 1940, inicialmente como diretor do Departamento Nacional do Trabalho, em seguida transformado em Secretaria de Trabalho e Previdência Social. Posteriormente, tornou-se vice-presidente do regime militar instaurado em 1943, resultado de um golpe sobre o então governo de Ramón Castillo (1942-1943). Golpe este que colocou fim à chamada Década Infame¹², década esta, por sua vez, diretamente ligada ao sucesso da política de Perón, principalmente no que se refere ao apoio das camadas mais pauperizadas, uma vez que, em virtude do histórico de desfavorecimento dos referidos setores e o “exclusivo” favorecimento dos setores com maior poder aquisitivo, Perón - com a

¹¹ "A guerra do Vietnã também trouxe influências no que diz respeito à luta armada. Para os vietnamitas, era a única saída para vencer a expansão e violência do imperialismo. Dessa forma, para vencer o imperialismo, a violência era justa na visão deles." (ARAÚJO, 2008, p. 253).

¹² A chamada Década Infame compreende o período de 1930 a 1943. Foi assim chamada em virtude da grande corrupção e das enormes fraudes eleitorais que ocorriam com frequência. Sobre o assunto, afirma Daniel James: “En la ‘década infame’, que en rigor se extendió desde 1930 hasta el golpe militar de 1943, se asistió a la reimposición y el mantenimiento del poder político de la elite conservadora mediante un sistema de fraude y corrupción institucionalizados. Era la época del ‘ya votaste, rajá pronto para tu casa’, impuesto por los matones a sueldo de los comités conservadores.” (JAMES, 2010, p. 28).



inserção de políticas voltadas para o social - ganhou apoio e sucesso político. Esse sucesso pode ser ilustrado pelo dia 17 de outubro de 1945, quando Perón foi detido na ilha Martín García e uma multidão se reuniu na Plaza de Mayo exigindo sua libertação. Segundo Adamovsky (2012), essa multidão foi mobilizada espontaneamente sem nenhum tipo de articulação e representava um número bastante expressivo de pessoas nunca visto no centro da cidade. Nesse sentido, a solução foi a libertação do coronel, que apareceu na sacada da Casa Rosada às 23 horas e dez minutos tendo sido extremamente ovacionado pelo povo. Em 1946, Perón se candidatou à presidência da Argentina, enfrentando o ex-embaixador dos Estados Unidos, Spruille Braden. Para fazer frente e impedir que Perón saísse vencedor, foi organizada uma aliança eleitoral entre a Unión Cívica Radical e os partidos socialista, comunista e democrata progressista. No entanto, a aliança não surtiu efeito: Perón foi eleito presidente da Argentina com 52,4% dos votos. (ADAMOVSKY, 2012).

Com a sustentação dada pelo voto, de acordo com James (2010), nenhum outro presidente colocou em prática na Argentina uma política voltada às questões sociais e para as classes trabalhadoras como Perón o fez. A política desenvolvida na Década Infame, ao contrário, era voltada exclusivamente às classes altas¹³ - a classe trabalhadora era reprimida e explorada em todas as suas formas. (JAMES, 2010). No que se refere à caracterização do período 1930-1943 como Década Infame, apesar das divergências historiográficas, os pontos de vista de Adamovsky e James são convergentes, como podemos notar pela seguinte passagem:

La “década infame” - como se la conoció entonces - estuvo marcada por medidas invariablemente a favor de las clases altas, negociados que beneficiaron a los intereses imperialista británicos, escándalos de corrupción y una intensa represión dirigida a las organizaciones obreras y de izquierda. Centenas de referentes sindicales y cuadros políticos, especialmente comunistas y anarquistas fueron encarcelados y muchos otros deportados. La práctica de la tortura se extendió y perfeccionó. (ADAMOVSKY, 2012, p. 152-153)

A partir das explanações dos referidos autores, pode-se notar que as condições de vida dos trabalhadores não eram nem um pouco favoráveis. Além disso, em virtude de todas as fraudes no sistema eleitoral e da hierarquia e valores impostos pela elite,

¹³ As classes altas e a elite a que nos referimos ao longo do texto é constituída, principalmente por grupos empresariais, banqueiros e corporações estrangeiras.

podemos questionar até que ponto tinham inserção e atuação políticas. Nesse sentido, os trabalhadores não tinham direito nem mesmo de lutar por melhorias em suas condições, visto que a repressão era forte e que a classe trabalhadora não tinha nenhum apoio político. (JAMES, 2010).

Todo esse contexto da Década Infame convergiu a favor da política de Perón – o primeiro presidente a apoiar pragmaticamente as classes menos favorecidas, que se apresentavam extremamente vulneráveis em relação às ações das elites e do poder dominante como um todo. Essas mesmas classes, incluindo principalmente os trabalhadores, legitimaram as ações de Perón nos momentos mais difíceis da política, até mesmo quando a situação econômica se tornou débil e os trabalhadores não recebiam vantagens materiais (aumento de salários, por exemplo). (ADAMOVSKY, 2012).

Outro aspecto que convergiu positivamente para o sucesso da política de Perón foi a situação econômica em que se encontrava a Argentina no momento da sua inserção na política. Com o advento das duas guerras mundiais, a produção interna, principalmente de bens manufaturados, cresceu de forma significativa. Assim, as importações foram substituídas pela produção interna, que desencadeou o desenvolvimento do mercado interno e, por sua vez, o aumento de empregos. O progresso industrial da Argentina foi tão grande que além da substituição das importações, o país começou a exportar sua produção para o mercado internacional. De acordo com Daniel James,

[...] La economía argentina respondió a la recesión mundial de la década 1930-40, mediante la producción local de un creciente número de bienes manufacturados que antes se importaban. [...] Entre 1930-35 y 1945-49 la producción industrial creció hasta más que duplicarse; las importaciones, a las que en 1925-30 correspondía casi una cuarta parte del producto bruto argentino, se redujeron aproximadamente al 6 por ciento en el quinquenio 1940-44. De importar alrededor del 35 por ciento de su maquinaria e equipo industrial en el primer período, la Argentina pasó a importar sólo el 9.9 por ciento en el segundo. (JAMES, 2010, p. 20)

O autor prossegue com seu balanço:

El número de establecimientos industriales aumento de 38.456 en 1935 para 86.440 en 1946, a la vez que el número de trabajadores de ese sector pasaba de 435.816 a 1.053.673 en 1946. También se



modifico la composición interna de esa fuerza laboral. Sus nuevos integrantes provenían ahora de las provincias del interior antes que de la inmigración extranjera sumamente reducida desde 1930. (JAMES, 2010, p. 20)

É relevante ressaltar, no entanto, que esse “bem-estar” econômico não determinou o sucesso de Perón na política, foi apenas um fator facilitador. Segundo Peña (2012), seus méritos estão presentes em sua política, principalmente diferentes setores sociais que o apoiaram (clero, empresários argentinos, parte do Exército, polícia, trabalhadores, entre outros), proporcionando ganhos a tais setores, inclusive aos trabalhadores.

Perón, ainda no Ministério do Trabalho, concentrou-se em atender demandas específicas da classe trabalhadora, estabelecendo assim uma legislação de proteção aos trabalhadores contra toda exploração presente, até então, pelas classes dominantes. O aumento de salários e a melhoria de condições de trabalho entre trabalhadores urbanos e rurais, entre outras vantagens, são exemplos da atuação de Perón no Ministério do Trabalho. Logo, quando assume a presidência em 1946, as medidas de apoio aos trabalhadores são mais intensificadas ainda. Adamovsky cita algumas delas:

La acción decidida de Perón se tradujo asimismo en la expansión de beneficios jubilatorios, mejores indemnizaciones por accidentes de trabajo, aguinaldos, más cantidad de días de vacaciones pagas y nuevas cláusulas de defensa de la estabilidad para varios gremios. Por otra parte, se dispuso la creación de un nuevo fuero judicial, con tribunales del trabajo a cargo de jueces especialmente dedicados a proteger los derechos de los trabajadores. (ADAMOVSKY, 2012, p. 173).

E ainda:

La ley de Asociaciones Profesionales de octubre de 1945, otorgó también a los trabajadores amplios derechos de sindicalización, incluyendo la protección de los delegados e afiliados contra cualquier represalia de la patronal. Para los trabajadores rurales las novedades fueron incluso más importantes. El Estatuto del Peón promulgado por la STP extendía derechos básicos para un sector que había estado tradicionalmente desprotegido. El congelamiento de los arrendamientos dispuesto por Perón benefició también a los chacareros sin tierra. (ADAMOVSKY, 2012, p. 174).



Os direitos trabalhistas conquistados com o apoio de Perón não explicam isoladamente o forte apoio recebido pelos trabalhadores. Questões que ultrapassavam os ganhos materiais também se faziam presentes na referida conjuntura e a mudaram profundamente. A inserção social dos indivíduos das classes menos favorecidas (que eram oprimidos, explorados, excluídos e humilhados) na sociedade, como pessoas de respeito e dignidade como quaisquer outras, era inédita na história da Argentina. (ADAMOVSKY, 2012). Os indivíduos pobres que constituíam a sociedade e que viviam nas periferias agora podiam ocupar os espaços públicos argentinos sem pedir permissão à “elite branca”, eram legitimados pela política inclusiva de Perón. Na avaliação de Adamovsky,

De pronto, había dejado de estar claro que alguien sin dinero, que trabajaba con sus manos y tenía la piel amarronada debiera aceptar su destino de paria sin chistar. Y por lo mismo, tampoco era ya tan claro que alguien de cultura y “buena presencia” fuera merecedor de más respeto por ese solo hecho. (ADAMOVSKY, 2012, p. 204)

Dessa forma, Perón inova em vários aspectos sociais, trazendo à tona, não apenas no discurso, mas também na prática, a minimização das diferenças entre as classes sociais até então separadas rigidamente em termos de direitos sociais e acesso aos bens públicos. De acordo com Daniel James (2010, p. 29-30), o sucesso de Perón com os trabalhadores se explica em virtude de “[...] *su capacidad para refundir el problema total de la ciudadanía en un molde nuevo de carácter social. El discurso peronista negó la validez de la separación formulada por el liberalismo.*”

Segundo Etulain, o peronismo é um “objeto” complexo porque não se compõe apenas pelo partido peronista, ou mesmo pelos sindicatos. Trata-se de um movimento que reúne diferentes setores sociais em torno de uma amálgama definida a partir do vínculo entre o povo e a figura de Perón. O peronismo, em sua função de representar os interesses populares, promove sua unidade com base na força opositora desse conteúdo popular. (ETULAIN, 2001, p. 100-101). Para Peña, “[...] *El movimiento militar de junio comenzó a transformarse en peronismo cuando desde la Secretaría de Trabajo y Previsión Social se inició la captación de la clase obrera y su estatización de la nueva CGT.*” (PEÑA, 2012, p. 484). Segundo Ezequiel Adamovsky,

El movimiento peronista no puede explicarse solamente por la figura de Perón, sino por el entrelazamiento de su liderazgo con otras dos



presencias políticas no menos importantes: la del movimiento obrero organizado y la acción de base que con frecuencia desbordó al uno y al outro. (ADAMOVSKY, 2012, p. 177)

Nesse sentido, o peronismo foi construído sobre as bases da justiça social, da integração social e política dos trabalhadores, e sobre uma premissa fundamental: o desenvolvimento nacional e a luta contra o imperialismo dos Estados Unidos. Diferentemente da visão das esquerdas do momento (1940 até aproximadamente fins da década de 1960), o peronismo considerava que essa transformação teria que ocorrer imediatamente, não a longo prazo, como a referida esquerda acreditava, e que os trabalhadores já estavam preparados para tais mudanças. (JAMES, 2010). Esse foi mais um dos motivos de atração dos trabalhadores pelo peronismo e, mais tarde, em fins da década de 1960 e início da década de 1970, dos estudantes universitários e até mesmo de alguns dos principais integrantes da própria esquerda.

Sobre as bases em que o peronismo foi construído, Daniel James discorre:

La visión peronista de una sociedad basada en la justicia social y na integración social e política de los trabajadores a esa sociedad no estaba sujeta al previo cumplimiento de premisas - como lo estaba por ejemplo em el discurso político izquierdista - tales como transformaciones estructurales abstractas de largo plazo, ni lo estaba a la gradual adquisición en alguna fecha futura de una conciencia apropiada por parte de la clase obrera. (JAMES, 2010, p. 37).

No entanto, de acordo com Adamovsky (2012), é necessário considerar que o significado do peronismo não se esgotava apenas em medidas sociais. Para o autor, o peronismo significava uma sociedade mais justa, mais digna, mais igualitária e sobretudo mais humana. Em razão de todos esses elementos - da multiplicidade de interpretações que se atualizava de acordo com os diferentes contextos, e da diversidade de setores sociais que o englobava -, o peronismo se apresenta tão complexo e tão impreciso para ser definido (ETULAIN, 2001).

A multiplicidade e a dinâmica de interpretações do peronismo compõem um aspecto fundamental que também deve ser considerado nessa conjuntura. A nova esquerda dos fins dos anos de 1960 e início dos anos 1970, por exemplo, se apropria do peronismo como caminho para se chegar ao socialismo. De acordo com Etulain (2001), Perón, ao contrário, não tinha nenhum tipo de expectativa de instaurar um sistema socialista na Argentina: sua política era voltada ao desenvolvimento econômico a partir



da integração social e política da classe trabalhadora pela via capitalista. (JAMES, 2010, p. 57). O nacionalismo, a justiça social, a diminuição das hierarquias entre as classes foram os aspectos que atraíram os jovens da nova esquerda à figura de Perón. Com a Revolução Cubana, esses temas foram os principais atrativos desses jovens. No caso da Argentina, o contexto peronista se adequou perfeitamente a eles. No que diz respeito à inclinação dos jovens à figura de Perón, Milcíades Peña afirma:

Pero el gobierno bonapartista preservó el ordenamiento tradicional de la sociedad argentina, no sólo ganándose al proletariado “con palmaditas en la espalda y pequeños regalos”. También conservaron esse ordenamento oponiéndose al ingreso de la Argentina en la órbita norteamericana. [...] Paradójicamente, la clase más joven y potencialmente revolucionaria de la Argentina fue movilizada por el gobierno bonapartista para defender frente al imperialismo yanque a las clases más retrógradas del país y a su socio y acreedor centenario, el imperialismo inglés. (PEÑA, 2012, p. 487-488)

Dessa forma, pode-se notar como o peronismo é plural e como se adequou a distintos contextos, sendo assimilado por diferentes atores sociais e políticos, tornando-se não apenas um partido único ou um movimento com bases uniformes.

De acordo com Carlos Etulain (2001), o peronismo seria algo maior que um partido, que um sindicalismo e até mesmo que o próprio Perón. Nesse contexto, o discurso de Perón se torna algo fundamental para a continuidade e perpetuação do peronismo, uma vez que é a partir dele e da sua atualização, de acordo com os diferentes contextos, que agrega tantos valores e atores sociais tão distintos. Para Etulain (2001, p. 44), “[...] A essência da continuidade do peronismo está na sua mutabilidade político-ideológica.”

Etulain (2001) relata ainda que a nova esquerda utilizou-se dos discursos peronistas fazendo novas interpretações. Grupos como Montoneros tinham o intuito de mobilizar as classes sociais, inclusive os trabalhadores, para uma revolução socialista na Argentina. Tal revolução, de acordo com o grupo, partiria do peronismo e seria liderada por Perón. Nesse sentido, Etulain (2001) afirma que o Peronismo é reinterpretado e reinventado pelo Montoneros e pelos demais grupos da nova esquerda, visto que Perón, mesmo em defesa dos princípios anti-imperialistas da justiça social, tinha a intenção de desenvolver a Argentina através da via capitalista. No que se refere às reinterpretações do peronismo pelos grupos da nova esquerda, disserta Etulain:



Nesse sentido os anos 60 representam uma mudança em termos das interpretações da esquerda tradicional. A nova esquerda redefine Perón. Ele não só passa a ser aceito, mas também se coloca como líder legítimo da revolução. Nessa interpretação que a esquerda peronista fez de Perón, se integraram os elementos próprios da ideologia da esquerda nacional: a transformação da Argentina num país socialista significava começar em casa uma tarefa que envolveria toda a América Latina. (ETULAIN, 2001, p. 169).

A partir das relações do Peronismo, da Revolução Cubana e da conjuntura política e social da Argentina, podemos compreender que os grupos da nova esquerda foram formados sofrendo influências não apenas de um ou outro elemento isoladamente, mas sobretudo das inter-relações existentes entre todos esses elementos.

A Formação de Grupos Armados na Argentina

Na Argentina, as ideias de revolução, violência justa, guerrilhas urbanas e rurais, transformação política, bem como o anti-imperialismo foram de fundamental importância para a formação dos novos grupos de esquerda radicalizados. (ADAMOVSKY, 2012). Além disso, o cenário argentino descrito por Adamovsky (2012) como de desigualdade social, exploração nacional por parte das empresas internacionais e injustiças sociais, sofridas principalmente pelos setores pauperizados, também contribuiu de forma significativa para o desenvolvimento de tais grupos. Os jovens que formavam a nova esquerda acreditavam que a única saída para a Argentina seria pela luta armada. (ARAÚJO, 2008). Sobre o assunto a autora Claudia Hilb afirma,

En una situación en que la vía electoral está vedada al peronismo, en la que los “Putsch” militares han fracasado, y en la que el desarrollo de una tendencia integracionista parece amenazar la unidad misma del peronismo, la lucha armada comenzó a ser planteada por ciertos sectores como la única vía para asegurar el retorno de Perón al gobierno. (HILB, 1984, p. 16).

Ainda sobre a experiência e escolha pela opção da luta armada como melhor método de luta no momento, explica Araújo,

No caso da Argentina, a experiência da luta armada foi, digamos assim, “entre dois golpes” – posterior à ditadura de Onganía, mas anterior ao golpe de 1976. Mas, sem dúvida, a instauração de regimes militares arbitrários, violentos e repressivos fez recrudescer a opção pela luta armada e pela guerrilha na região latino-americana. (ARAÚJO, 2008, p. 252).



Em virtude de todo esse cenário repressivo e das influências externas a que nos referimos anteriormente, a luta armada foi eleita como a via possível para trazer justiça, dignidade e autonomia para o povo argentino. (ADAMOVSKY, 2012; ARAÚJO, 2008).

Dessa maneira, partir dos anos 1960, muitos foram os grupos radicalizados de esquerda que se formaram, vários deles provenientes do peronismo, mais especificamente da esquerda peronista.¹⁴ Entre esses grupos estavam Montoneros, Juventude Peronista (JP), Forças Armadas Peronistas (FAP), Forças Armadas Revolucionárias (FAR) e outros. No entanto, como afirma Adamovsky (2012), é nos fins da década de 1960 que a formação desses grupos se intensifica. Segundo o autor, “*Las cosas, sin embargo, cambiaron rápidamente a partir de fines de los sesenta, sobre todo gracias al impacto del Cordobazo*”¹⁵ (ADAMOVSKY, 2012, p. 259). Assim, de acordo com Adamovsky, nos fins da década de 1960 havia se formado mais de quinze organizações guerrilheiras que propunham como método a luta armada. Nessa

¹⁴ O peronismo englobava uma direita e uma esquerda com diferentes ideais. A direita peronista era constituída pela corrente sindical-burocrata e por grupos empresariais que se beneficiavam com a política protecionista e antiliberal estabelecida pelos governos de Perón (1946-1955, 1973-1974). Além desses, a direita era constituída também por organizações paramilitares que incitavam o terror em nome de uma bandeira peronista. Já a esquerda peronista era composta, em sua maioria, por jovens que acreditavam que a luta dos trabalhadores seria o alicerce principal para a luta - inspirada na revolução e não na democracia - contra o imperialismo e o fim do capitalismo. Era caracterizada como um grupo que se sustentava na figura de Perón, mesmo que este não compartilhasse da sua posição ideológica. Dessa maneira, a esquerda utilizava-se dos discursos peronistas a fim de alcançar o apoio das classes trabalhadoras para se legitimarem enquanto movimento social ou partidário. (ROCHA, 2011).

¹⁵ O *Cordobazo* ocorreu em um contexto de modernização excludente e de intensa repressão. Desde junho de 1966, com o golpe militar que levou o general Juan Carlos Onganía à presidência, a repressão se acentuou de forma significativa na Argentina. Todas as correntes e manifestações da vida política foram expressamente proibidas. Além disso, o mal-estar dos trabalhadores era visível, sobretudo com a implantação do plano anti-inflacionário, que incluiu o corte de gastos públicos, a desvalorização do peso, o aumento de tarifas e o estímulo à instalação de transnacionais. Nesse sentido, o *Cordobazo* foi uma espécie de resistência ao referido contexto, tendo ocorrido nos dias 29 e 30 de maio de 1969, na cidade de Córdoba, envolvendo inúmeros jovens que defendiam uma bandeira anti-imperialista. De acordo com Adamovsky (2012), o *Cordobazo* derivou em uma verdadeira insurreição popular. Os atores decisivos desta revolta foram os operários das automotrizes e da rede de energia elétrica, bem como os estudantes. Os primeiros vinham acumulando motivos para o descontentamento. Os estudantes também tinham motivos para detestar a ditadura, tendo em vista o controle e a repressão colocados nas Universidades. Após o *Cordobazo*, os jovens se entusiasmaram e um massivo alistamento em organizações de esquerda marcou aquele período. Os valores da esquerda tradicional, tais como o socialismo soviético, foram rejeitados, e uma nova perspectiva, ligada ao “socialismo nacional”, foi eleita pelos jovens dos novos grupos de esquerda.

perspectiva, faz-se necessário destacar o grupo Montoneros, considerado por muitos pesquisadores¹⁶ uma das mais importantes organizações do período.

O grupo armado Montoneros surgiu a partir de duas vertentes principais: o Movimento de Sacerdotes para o Terceiro Mundo¹⁷ e o peronismo. O Movimento de Sacerdotes para o Terceiro Mundo foi uma das principais bases de formação do grupo. De acordo com Beatriz Sarlo¹⁸ (2005, p. 169), “[...] Os doze primeiros Montoneros (excluindo Norma Arrostito, que saíra do partido comunista) estão próximos ou provêm desse mundo católico convulsionado primeiro pelas encíclicas sociais de João XXIII e, em seguida, pela teologia da libertação”¹⁹. Ainda segundo Sarlo (2005, p. 173), “[...] violência e pecado, teologia da violência e teologia do pecado, não é preciso mais nada: a organização Montoneros nasce desse cruzamento histórico da radicalização política com a radicalização religiosa”.

De acordo com Adamovsky (2012) e Etulain (2001), o grupo Montoneros era constituído, em sua maioria, por jovens que tinham a pretensão de transformar a Argentina em um país mais justo socialmente. Nesse sentido, defendiam o anti-imperialismo, o fim do capitalismo e uma espécie de socialismo nacional, adequado às necessidades e especificidades da Argentina. Segundo Gillespie (1998), de maneira geral, seus principais objetivos eram o desenvolvimento nacional, a justiça social e o poder popular. Nessa perspectiva, pode-se perceber que os objetivos do grupo convergiam com os princípios da política de Perón; por esse motivo, entendiam que ele era o único com condições de liderar a revolução e instaurar o socialismo nacional na Argentina.

16 São eles: Richard Gillespie; María Laura Lenci; Pablo Pozzi; Dora Barrancos e outros.

17 O Movimento de Sacerdotes para o Terceiro Mundo (MSTM) foi considerado o maior e mais influente movimento dentre aqueles ligados à Teologia da Libertação na Argentina (ANDREO, 2009). Em linhas gerais, foi uma agrupação composta exclusivamente por sacerdotes cujo objetivo principal era a conscientização do povo argentino no que tange à situação de injustiça que se vivia no país (MANGIONE, 2004).

18 Beatriz Sarlo fez parte da geração formada pelo peronismo na Argentina. A autora nasceu em Buenos Aires em 1942 e estudou literatura. Desde 1978, dirige a revista Punto de Vista. Publicou livros no Brasil, tais como: *Cenas da vida pós-moderna* e *Paisagens imaginárias* (SARLO, 2005).

19 A Teologia da Libertação nasceu oficialmente em 1968, na Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, realizada em Medellín na Colômbia. Apesar de englobar uma multiplicidade de concepções, concentra-se na premissa da libertação dos pobres e oprimidos das “injustas condições” políticas, econômicas e sociais. Fundamenta-se na teologia do Êxodo, na prática dos profetas, de Jesus e dos apóstolos. (BOFF, 2013); (ANDREO, 2009).



Podemos identificar o grupo Montoneros como o ponto de interseção entre o peronismo e a igreja em seus primeiros momentos. Em virtude disso, a justiça social, o nacionalismo e a luta contra o capitalismo eram princípios comuns aos Montoneros, ao peronismo e à igreja. É nesse contexto que o grupo se funda, influenciado por todos esses elementos e inspirado na luta armada e nas influências da Revolução Cubana.

Segundo Martina Garategaray (2014) e Beatriz Sarlo (2005), o aparecimento público do grupo Montoneros se dá em 1970, com uma atuação considerada a mais importante do grupo: o assassinato do ex-presidente Pedro Eugenio Aramburu. Essa ação ficou conhecida como Operação Pindapoy ou *Aramburazo* e foi planejada e baseada em vários elementos que agregavam identidade ao grupo²⁰. Após a referida operação, ficaram conhecidos nacionalmente, como desejavam. Para Gillespie, o assassinato de Aramburu se trata do “[...] bautismo público proclamando la responsabilidad de una acción espectacular que tendría repercusiones em todo el país (GILLESPIE 1998, p. 120).

A Operação Pindapoy foi divulgada pelos montoneros a partir de alguns comunicados. O objetivo era ganhar legitimidade social e ser identificado como o grupo que levaria justiça ao povo argentino. Abaixo, alguns fragmentos do comunicado número 3.

31 de Mayo de 1970

AL PUEBLO DE LA NACIÓN: "En el día de la fecha, domingo 31 de mayo de 1970, la conducción de nuestra organización, constituida en Tribunal Revolucionario, luego de interrogar detenidamente a Pedro Eugenio Aramburu, declara: I- Por cuanto Pedro Eugenio Aramburu se ha reconocido responsable: 1º) De los decretos 10.362 y 10.363 de fecha 9 de junio de 1956 por los que se "legaliza" la matanza de 27 argentinos sin juicio previo ni causa justificada [...]. 4º) De la profanación del lugar donde reposaban los restos de la compañera Evita y la posterior desaparición de los mismos, para quitarle al Pueblo hasta el último resto material de quien fuera su abanderada

²⁰ De acordo com Gillespie (1998), a operação foi realizada no dia de um evento que tinha extrema importância para a sociedade argentina, principalmente para os peronistas: 29 de maio, o aniversário do Cordobazo, e quando era comemorado também o dia do Exército pelos militares. A atuação do grupo representava uma espécie de resposta aos atos de Aramburu à sociedade, entre eles o fuzilamento de 27 peronistas e a expatriação dos restos mortais de Evita Perón. Além desses atos, Aramburu era o principal responsável pela derrocada de Perón e dos seus. Para Sarlo, “[...] os montoneros souberam tocar o nervo central da sensibilidade peronista. Uniram numa única manobra, as paixões extremas do amor e do ódio: o fuzilador e a porta-voz dos descamisados. Aplicaram a lei da vingança, lavando uma afronta e um butim”. (SARLO, 2005, p. 155).

[...]. El Tribunal Revolucionario, Resuelve: 1º) Condenar a Pedro Eugenio Aramburu a ser pasado por las armas en lugar y fecha a determinar. 2º) Hacer conocer oportunamente la documentación que fundamenta la resolución de este Tribunal. 3º) Dar cristiana sepultura a los restos del acusado, que sólo serán restituidos a sus familiares cuando al Pueblo Argentino le sean devueltos los restos de su querida compañera Evita. ¡PERÓN O MUERTE! ¡VIVA LA PATRIA!. MONTONEROS.²¹

O referido comunicado expõe as justificativas da condenação do general Aramburu sustentadas, entre outros crimes cometidos por ele, pela ordem de fuzilamento de 27 peronistas e a expatriação dos restos mortais de Eva Duarte Perón.

O comunicado número 4 é bem sucinto, como podemos observar abaixo. Ele tem o objetivo de informar dia e horário da execução de Aramburu.

1º de Junho de 1970
 COMUNICADO Nº 4
 AL PUEBLO DE LA NACIÓN:
 La conducción de MONTONEROS comunica que hoy a las 7.00 horas fue ejecutado Pedro Eugenio Aramburu. Que Dios Nuestro Señor se apiade de su alma. PERÓN O MUERTE - VIVA LA PATRIA. MONTONEROS.²²

O comunicado número 5, no entanto, é mais completo em relação aos demais. Nele se tem, além das alusões à Operação Pindapoy, questões como a constituição do grupo, seus objetivos, suas aspirações futuras e, por fim, uma tentativa de fundamentar a importância da resistência, mais especificamente, a resistência armada, justificada pelo fato de que não existe uma democracia na referida conjuntura, tendo em vista que os candidatos à eleição seriam anteriormente selecionados. A seguir, fragmentos do referido documento.

15 de junio de 1970
 COMUNICADO Nº 5 AL PUEBLO DE LA NACIÓN:
 Ante el desconcierto y las maniobras creadas por los servicios represivos del gobierno, los MONTONEROS aclaramos: Primero: 1º) Nuestra Organización es una unión de hombres y mujeres profundamente argentinos y peronistas, dispuestos a pelear con las armas en la mano por la toma del Poder para Perón y para su Pueblo y

²¹ DOCUMENTOS MONTONEROS. Buenos Aires: Documentos El Ortiba. Disponível em: <<http://www.elortiba.org/docmon.html>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

²² DOCUMENTOS MONTONEROS. Buenos Aires: Documentos El Ortiba. Disponível em: <<http://www.elortiba.org/docmon.html>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

la construcción de una Argentina Libre, Justa y Soberana. 2º) Nuestra Doctrina es la doctrina Justicialista, de Inspiración Cristiana y Nacional. [...]" Segundo: 1º) PEDRO EUGENIO ARAMBURU fue ejecutado el lunes 1 de junio a las 7,00 horas, como lo aclara nuestro comunicado N° 4. Denunciamos como maniobras tendientes a crear confusión las distintas versiones sobre su suerte tanto procedente de nuestro país como del extranjero. [...] "Los MONTONEROS EXHORTAMOS AL PUEBLO ARGENTINO A UNIRSE A LA RESISTENCIA ARMADA CONTRA EL RÉGIMEN, sin dejarse engañar por la posibilidad de elecciones, en las que seguramente el Pueblo deberá elegir entre distintos representantes de la oligarquía y sus circunstanciales aliados. La detención y ejecución de Pedro Eugenio Aramburu, han provocado una crisis interna del régimen y apresurado la división entre sectores, obligándolos a enfrentarse. [...] LOS MONTONEROS LLAMAMOS AL PUEBLO A SEGUIR CON LA RESISTENCIA ARMADA CONTRA EL ACTUAL GOBIERNO, QUE NO ES MAS QUE LA CONTINUACIÓN DEL ANTERIOR y a no dejarnos engañar con las falsas palabras pronunciadas sobre el "reencuentro de los argentinos". ¡PERÓN O MUERTE! ¡VIVA LA PATRIA!²³

Podemos notar, a partir da análise dos documentos, alguns posicionamentos do Montoneros, tais como a rejeição ao regime instaurado e o objetivo almejado com determinação quando afirmam: "Perón ou morte!". Ao mesmo tempo podemos perceber também a determinação pela luta, que vale a própria vida. Essa frase está presente em quase todos os documentos do grupo. Finalmente, pode-se observar que além do objetivo da comunicação, o grupo tenta convencer, não só com o comunicado, mas com o fato em si do assassinato de Aramburu, de que são capazes de trazer a justiça e derrubar o regime vigente, que para eles é injusto, desigual, explorador e causa dependência aos argentinos.

Como destaca Gillespie (1998), as ações do Montoneros não eram apenas operações militares armadas, mas um universo de propagandas em que se apropriavam de mitos e figuras importantes para o país, como é o caso de Perón. O objetivo era ganhar legitimidade para a luta e aumentar seus quadros de militantes.

Contudo, apesar da ampla importância dos grupos provenientes do peronismo, também se apresentaram no mesmo período, grupos ligados a outras correntes de

23 DOCUMENTOS MONTONEROS. Buenos Aires: Documentos El Ortiba. Disponível em: <<http://www.elortiba.org/docmon.html>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

esquerda, como é o caso do Partido Revolucionário dos Trabalhadores –Exército Revolucionário do Povo.

O Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT) se formou em 1965 a partir da fusão de dois grupos: FRIP (Frente Revolucionario Indoamericano Popular), vinculada aos trabalhadores açucareiros do noroeste argentino e PO (Palabra Obrera), organização trotskista com atuação entre estudantes universitários e trabalhadores industriais em Buenos Aires, Córdoba, Tucumán e Rosário. No entanto, o Partido Revolucionário dos Trabalhadores –Exército Revolucionário do Povo (PRT-ERP) se consolidou apenas em 1970, a partir de “rachas” causados dentro da organização, principalmente por causa da questão militar (adesão ou não da luta armada). Dessa forma, em 1970, no V Congresso do PRT, foi fundado o ERP (com a adesão da luta armada) e assim se originou o PRT-ERP. Abaixo segue alguns trechos do comunicado do PRT emitido no ano de 1970 a partir do V Congresso.

RESOLUCIÓN DE FUNDACION DEL EJÉRCITO REVOLUCIONARIO DEL PUEBLO

Considerando:

Que en el proceso de guerra revolucionaria iniciado en nuestro país, nuestro Partido ha comenzado a combatir con el objetivo de desorganizar a las Fuerzas Armadas del régimen para hacer posible la insurrección victoriosa del proletariado y el pueblo. Que las Fuerzas Armadas del régimen sólo pueden ser derrotadas oponiéndoseles un ejército revolucionario, el que por su naturaleza otorga la fuerza militar revolucionaria un carácter distinto al del Partido, debiendo reclutar aquella personal tanto dentro como fuera del Partido. Que la constitución de un ejército revolucionario en las presentes condiciones (debilidad de nuestro Partido, inexistencia de un Estado Obrero fronterizo, carencia de Fuerzas Armadas importantes) será un proceso político, social, técnico y militar prolongado que se desarrollará de "lo pequeño a lo grande". Que durante toda una larga etapa, nuestra guerra revolucionaria adquirirá formas guerrilleras, urbanas y rurales, extendida a distintas ciudades y zonas campesinas, con radios operativos locales, sobre la base de cuya ampliación y extensión política y militar será posible pasar a la guerra de movimientos en el campo y a la constitución de importantes unidades estratégicas en las ciudades.

[...]Que el otro principio fundamental de guerra revolucionaria a aplicar por nuestra fuerza militar es la ejecución de las operaciones militares con una línea de masas, es decir, orientada hacia la movilización de las masas y su participación directa o indirecta en la guerra.

El V Congreso del PRT resuelve:

1º- Fundar el Ejército Revolucionario del Pueblo y dotarlo de una bandera. 2º- Considerar al Ejército Revolucionario del Pueblo y sus



distintos destacamentos armados como los instrumentos militares del Partido para su política en la presente etapa de la lucha de clases y el embrión del futuro Ejército revolucionario obrero y popular. 3°- Construir un Ejército Revolucionario del Pueblo incorporando a él a todos aquellos elementos dispuestos a combatir contra la dictadura militar y el imperialismo (que acepten el programa del Ejército) y utilizando en la estricta selección necesaria criterios de seguridad, decisión, coraje, moral y odio de clase a la ditadura [...].²⁴

Ao analisarmos o comunicado podemos perceber as justificativas da fundação do ERP e seus principais objetivos e pretensões futuras. De acordo com Pozzi (2009), o PRT-ERP foi uma das principais organizações guerrilheiras do período na Argentina, era constituído principalmente por jovens estudantes e trabalhadores de todas as idades, inspirados principalmente na revolução contra o imperialismo. Tinham como objetivo principal vencer o imperialismo e instaurar um sistema socialista na Argentina. Para fundamentar tais afirmações, apresentamos a seguir o programa da referida organização, emitido no mês de setembro de 1970.

PROGRAMA DEL EJÉRCITO REVOLUCIONARIO DEL PUEBLO (ERP) Queremos la liberación nacional y social de nuestra patria. Queremos: 1°- *En lo político*. [...]b) Establecimiento de un sistema de gobierno de Democracia Social, Gobierno Revolucionario del Pueblo, dirigido por la clase obrera. c) Juzgamiento de los delincuentes políticos, usurpadores del poder, etc. d) Plena participación en el poder de todo el pueblo, a través de sus organismos de masas. 2°-*En lo económico*. [...] b) Expropiación sin pago y nacionalización de todas las empresas de capital imperialista y de los capitales nacionales que lo apoyen. [...]d) Nacionalización del Comercio Exterior. e) Reforma Agraria [...].3°- *En lo social*. a) Reforma Urbana. Expropiación de todas las viviendas alquiladas, propiedad de grandes capitalistas, y entrega en propiedad a sus inquilinos. b) Alfabetización de todo el pueblo, establecimiento posterior de la enseñanza secundaria obligatoria y apertura de las universidades al pueblo mediante programas masivos de becas. c) Eliminación de la desocupación y reapertura de las fábricas cerradas en la última década por el interés de las grandes empresas, en perjuicio de obreros y poblaciones [...]. 4. *En lo militar*: a) Supresión del ejército burgués, la policía y todo otro organismo represivo y su reemplazo por el Ejército Revolucionario del Pueblo y las Milicias Armadas Populares, es decir, por el pueblo en armas. b) Todo militar o funcionario patriota que abandone los órganos represivos tiene su puesto de lucha en la fuerza militar popular y será incorporado a ella

24 RESOLUCIONES DEL V CONGRESO DEL PRT. Buenos Aires: Centro de Documentación de los Movimientos Armados (CEDEMA). Disponível em: <http://www.cedema.org/ver.php?id=254>>. Acesso em: 30 nov. 2018.

respetando su grado y antigüedad. ARGENTINOS: El Ejército Revolucionario del Pueblo convoca a todos los patriotas a asumir sus responsabilidades, a ocupar su puesto de lucha en nuestra guerra revolucionaria del Pueblo, en esta guerra de la Segunda Independencia. El General San Martín y el Comandante Guevara son nuestros máximos ejemplos: seguir e imitar su pensamiento y acción y el de nuestros héroes y mártires del pasado y el presente es la tarea de la hora. ¡A VENCER O MORIR POR LA ARGENTINA!²⁵

Com base nos documentos anteriores, podemos perceber que o PRT-ERP se posicionava como uma organização responsável por trazer justiça, igualdade e liberdade, uma vez que para eles o povo argentino se encontravam sob dependência de grandes capitalistas, usurpadores do poder do povo. Além disso, é importante ressaltar a utilização do simbólico por parte do grupo. Com o objetivo de ganhar legitimidade e aumentar seus quadros de militantes, a organização, além de convocar o povo para a luta, agregava à suas publicações figuras como San Martín e Che Guevara, como exemplos de luta pela independência. Nesse sentido, pode-se dizer que o grupo saiu vitorioso na medida em que se tornou aceito popularmente e engrossou suas filas de militantes. A partir de 1975 o PRT-ERP tinha participação em mais de quatrocentas das principais fábricas da grande Buenos Aires. Obteve êxito na organização de grupos de trabalhadores industriais de Córdoba, metalúrgicos, trabalhadores da carne, petroquímicos de Rosário e de petroleiros patagônicos. Além disso, tinha grupos muito ativos no movimento estudantil (POZZI, 2009).

No que se refere à esfera militar, a partir de 1975 o grupo estava organizado em numerosas esquadras locais e fabris. Além disso, construiu uma espécie de parceria com os grupos Tupamaros (do Uruguai), MIR (do Chile) e PRT- ELN (da Bolívia). Os referidos grupos, juntamente ao PRT-ERP, instalaram uma fábrica de armas na Argentina, onde eram produzidos explosivos, granadas e submetralhadoras JCR1. Os quatro grupos se apoiavam mutuamente, principalmente no financeiro e no político. Nesse sentido, entre 1969 e 1977 o PRT-ERP realizou diversas ações armadas na Argentina, tais como ataques a quartéis militares, desarmamento de policiais, roubos (de veículos, dinheiro e alimentos, posteriormente repartidos em bairros pobres),

25 PROGRAMA DEL EJÉRCITO REVOLUCIONARIO DEL PUEBLO (ERP). Buenos Aires: Centro de Documentación de los Movimientos Armados (CEDEMA). Disponível em: <http://www.cedema.org/ver.php?id=254>>. Acesso em: 30 nov. 2018.

assassinatos de repressores e empresários, sequestros, atentados com explosivos, entre outras ações (POZZI, 2009; CARNOVALE, 2011).

Para Pozzi (2012), é notável na década de 1970 que todas as organizações armadas e não armadas, marxistas ou peronistas, que planejavam mudanças sociais cresceram de forma impressionante e muito rapidamente. Essas organizações recrutaram peronistas, não peronistas e, em muitos casos, pessoas que quase não tinham antecedentes prévios na política. Dessa forma, os fins da década de 1960 e início de 1970 foram anos de gestação e desenvolvimento de grupos armados, tendo em vista que grande parte destes só aparece publicamente durante os anos 1970. (DUZDEVICH, 2015).

Por fim, podemos observar que o contexto de formação de grupos armados na Argentina foi ao mesmo tempo geral e específico, na medida que influxos externos e internos moldaram as bases dos mais diversos grupos presentes no momento. Destarte, devemos considerar o período de fins da década de 1960 e início da década de 1970 um momento de mudanças de expectativas não só na Argentina, mas em boa parte da América.

Considerações Finais

Os efeitos da Revolução Cubana, como vimos, se faziam fortemente presentes no contexto argentino. Assim, o nacionalismo popular, o fim do autoritarismo e do imperialismo, a rejeição das relações de abertura de capital e a busca por liberdade, estavam na ordem do dia. Foi nesse contexto que os grupos guerrilheiros se desenvolveram na Argentina e aderiram à luta armada. A juventude, incitada por toda essa conjuntura e sem nenhum meio de negociação com o Estado, em termos de melhorias das condições sociais, econômicas e sobretudo políticas, se propôs a pegar em armas e radicalizar suas ações em busca de mudanças concretas.

Além da Revolução Cubana, os movimentos ligados à igreja católica também influenciaram de forma significativa o contexto argentino e, por consequência, a formação de grupos armados. É importante salientar que, como a Revolução Cubana e o peronismo, o Movimento de Sacerdotes para o Terceiro Mundo tinha propostas ligadas à justiça social, ao poder popular e ao desenvolvimento nacional sem interferências do



capital estrangeiro. Dessa maneira, todos esses elementos, oriundos de uma sociedade constituída por ações de intensa repressão, convergiram em direção à formação de grupos armados.

Por fim, podemos perceber que a intensa participação da juventude na formação desses grupos não foi uma “aventura” ou “pura empolgação” de jovens atraídos por “figuras emblemáticas” do momento, como, por exemplo, Che Guevara, Fidel Castro e outros, mas sim jovens engajados em uma luta por melhores condições, em uma sociedade marcada por desigualdades sociais na qual a violência fazia parte do cotidiano das pessoas.

Não obstante, para compreendermos de fato a formação e atuação dos grupos armados da nova esquerda, faz-se necessário o desenvolvimento de muitos estudos e pesquisas sobre o tema na medida em que muitas discussões ainda não foram estabelecidas. Além disso, como vimos, são inúmeras influências, vindas não só da América Latina, mas de boa parte do mundo, o que implica estudos detalhados em múltiplos aspectos. Nesse sentido, o presente artigo oferece uma discussão com intuito de ampliar um pouco mais as perspectivas e visões sobre o tema.

Referências

ADAMOVSKY, Ezequiel. *Historia de las clases populares en la Argentina (1880-2003)*. 2. ed. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2012.

ANDREO, Igor Luis. O alvorecer da Teologia da Libertação na Argentina e no México: ensaio para um estudo comparativo. *Revista História Comparada*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 1-10, 2009. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada/article/view/119>>. Acesso em: 3 jun. 2016.

ARAÚJO, Maria Paula. Esquerdas, juventude e radicalidade na América Latina nos anos 1960 e 1970. In: FICO, Carlos *et al.* *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 2008. p. 247-273.

AYERBE, Luis Fernando. *A Revolução Cubana*. São Paulo: Unesp, 2004.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América*



Latina. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BARRANCOS, Dora. *Mujeres en la sociedad argentina*. Buenos Aires: Sudamericana, 2010.

BOFF, Leonardo. O perene desafio da Teologia da Libertação. **Horizonte**, Belo Horizonte, v.11, n. 32, p. 1323-1327, out.-dez. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.21755841.2013v11n32p1323>>. Acesso em: 15 jul. 2014

CARNOVALE, Vera. *Los combatientes: historia del PRT-ERP*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2011.

DOCUMENTOS MONTONEROS. Buenos Aires: Documentos El Ortiba. Disponível em: <<http://www.elortiba.org/docmon.html>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

DUZDEVICH, Aldo. *La lealtad: Los Montoneros que se quedaron con Perón*. Buenos Aires: Sudamericana, 2015.

ETULAIN, Carlos Raul. *A esquerda e o peronismo*. 2001. 336 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000218831>>. Acesso em: 15 jul. 2014.

GILLESPIE, Richard. *Soldados de Perón*. Buenos Aires: Grijalbo, 1998.

GUEVARA, Ernesto Che. Guerra de guerrilhas, um método. In: LOWY, Michael (Org.). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

HILB, Claudia. La legitimacion irrealizable del sistema politico y la aparicion de la izquierda en los anos 60. In: LUTZKY, Daniel *et al.* *La nueva izquierda argentina: 1960-1980 política y violencia*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1984. p. 11-38.

JAMES, Daniel. *Resistencia e integración: el peronismo y la clase trabajadora argentina. (1946-1976)*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2010.



MANGIONE, Mónica. *El Movimiento de Sacerdotes para el Tercer Mundo*. Santa Fé: Último Recurso, 2004.

MARIGHELLA, Carlos. Carta ao Comitê Executivo do PCB. In: LOWY, Michael (Org.). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

MENDES, Ricardo Antônio Souza. Pensando a Revolução Cubana: nacionalismo, política bifurcada e exportação da Revolução. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, São Paulo, n. 8, p. 1-29, 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.fflch.usp.br/anphlac/article/view/>>. Acesso em: 4 mar. 2016.

PEÑA, Milcíades. *Historia del pueblo argentino*. Buenos Aires: Emecé, 2012.

POZZI, Pablo A. La polémica sobre la lucha armada en Argentina. *El Topo Blindado*, 2012. Disponível em: <<http://www.eltopoblindado.com/files/Articulos/07.%20Lucha%20armada%20y%20violencia%20politica%20Pozzi,%20Pablo.%20La%20polemica%20sobre%20la%20lucha%20armada%20en%20la%20Argentina.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2014.

POZZI, Pablo A. Una persona entregada en cuerpo y alma a la revolución ¿quiénes eran los guerrilleros del prt-erp de argentina?. *Revista do Programa de Pós-Graduação em História: Tempo e Argumento*, Florianópolis, v.1, n.2, p. 101-121, 2009. Disponível em: <<http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/search/titles?searchPage=3>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

PROGRAMA DEL EJÉRCITO REVOLUCIONARIO DEL PUEBLO (ERP). Buenos Aires: Centro de Documentación de los Movimientos Armados (CEDEMA). Disponível em: <http://www.cedema.org/ver.php?id=254>>. Acesso em: 30 nov. 2018.

Rattner, Henrique. Dossiê: 60 Anos Da Revolução Chinesa. *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, n.101, p. 33-40, 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/index>>. Acesso em: 28 nov. 2018.

REIS, Daniel Aarão. A revolução e o socialismo em Cuba: ditadura revolucionária e construção do consenso. In: ROLLEMBERG, D. *et al. A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 363-393.

RESOLUCIONES DEL V CONGRESO DEL PRT. Buenos Aires: Centro de Documentación de los Movimientos Armados (CEDEMA). Disponível em: <<http://www.cedema.org/ver.php?id=254>>. Acesso em: 30 nov. 2018.



ROCHA, Marina Maria de L. *Uma onda de lama e sangue ameaça cobrir a República: os discursos sobre a violência no governo de Isabelita Perón (junho de 1975 - março de 1976)*. 2011. 207 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Filosofia) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011. Disponível em: <www.historia.uff.br/stricto/td/1479.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2014.

SARLO, Beatriz. *A paixão e a exceção: Borges, Eva Perón, Montoneros*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

